



Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Centro de Educação- CEDU
Maceió - Alagoas - Brasil

GÊNERO E SEXUALIDADE NO FÓRUM NACIONAL SOBRE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ana Carolina Alves de Lima (Universidade Federal da Paraíba)
(acalima90@gmail.com)

Jeane Felix (Universidade Federal de Alagoas)
(jeane.silva@cedu.ufal.br)

RESUMO:

Este trabalho, fruto de uma dissertação em andamento, configura-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e tem como objetivo central analisar de que modo as palestras apresentadas no Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes compreendem gênero e sexualidade. O evento foi organizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, transmitido pelo YouTube nos dias 27 e 28 de abril de 2021. O evento acusa a escola e os/as docentes de aplicarem a suposta “ideologia de gênero” com o objetivo de destruir a heterossexualidade e a família tradicional. A produção do material analisado ocorreu por meio da transcrição das palestras e pelo livro digital. A análise está sendo realizada a partir de Núcleos de Significação. Como resultado parcial, entende-se que o Fórum apresenta uma compreensão simplista de Educação – a mesma que é apresentada pelo Movimento Escola sem Partido, com isso advoga fortemente que questões de gênero devem ficar fora das escolas, além de desconsiderar outros arranjos familiares. Ao contrário do que foi apresentado, nesta pesquisa, Educação como função central ensinar a viver no contexto das diversidades. Assim, abordar estes temas nas escolas contribui para que as/os estudantes aprendam a (re)conhecer e conviver com as diferenças, bem como auxilia no discernimento de possíveis casos de abusos. Considerando que o referido Fórum integra as políticas do Ministério e repercute na política educacional, este trabalho pretende contribuir com as reflexões acerca dos direitos humanos e da diversidade sexual e de gênero, no contexto da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Educação. Ideologia de gênero.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é recorte de uma dissertação de mestrado em andamento, que se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de caráter documental, a qual analisa o Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes. O Fórum foi organizado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, que à época era comandado pela Ministra Damares Alves, e ocorreu nos dias 27 e 28 de abril de 2021. No Fórum foram apresentadas sete palestras que foram transmitidas, ao vivo, pelo canal oficial do Ministério no *YouTube*. Além das palestras,

também foi disponibilizado, para pessoas inscritas no evento, um livro digital com o resumo das palestras apresentadas. No caso deste trabalho, o objetivo é analisar de que modo o evento compreende gênero e sexualidade.

O título do Fórum nos leva a acreditar que as violências institucionais sofridas pelas crianças e adolescentes seriam debatidas, tais como, a falta de acesso à educação e saúde de qualidade, moradia digna, segurança alimentar etc., mas isso não aconteceu. As palestras assumiram um tom acusatório contra docentes e escolas que, supostamente, estariam aplicando a ‘ideologia de gênero’ contra a vontade das famílias, o que faz muito mal à saúde física e mental de crianças e adolescentes. A ‘ideologia de gênero’ foi acionada pela organização do evento com a finalidade de causar um “pânico moral” (REIS; EGGERT, 2017) em professoras, professores, escolas e famílias, uma vez que reitera que “infundir a ideologia de gênero em crianças e adolescentes afronta diametralmente o pleno e saudável desenvolvimento biopsicossocial” (BRASIL, 2021a, p. 12). Mas a ‘ideologia de gênero’ existe?

O discurso da ‘ideologia de gênero’ é acionado para coibir ou reduzir discussões relativas a questões de gênero e sexualidade nas escolas, alegando uma preocupação com as crianças e adolescentes. Contudo, gênero e sexualidade nos constituem como seres humanos e estão presentes em nossas vidas, falemos ou não sobre eles. Essas questões estão presentes nas nossas vidas desde antes do nascimento, com a separação do enxoval por cores – normalmente rosa para meninas e azul, para meninos. Com isso, o argumento de que a abordagem educativa dessas temáticas opera para transformar crianças e adolescentes em gays e lésbicas é falaciosa e equivocada.

Cabe indicar que o debate sobre a ideologia de gênero começou como uma iniciativa católica, ainda com o Papa João Paulo II, em meados de 1990, quando duas Conferências organizadas pela Organizações Nações Unidas (a do Cairo, 1994 e a de Pequim, em 1995, que discutiram a importância e necessidade de incluir as lentes de gênero nas questões cotidianas, como inserir as mulheres em espaços públicos de maneira igualitária e profissionalizá-las, além de evidenciar os direitos sexuais e reprodutivos) foram tomadas equivocadamente como ameaças à família. Aos olhos da Igreja, a família estaria ameaçada porque esses debates tinham como objetivo principal eliminar as diferenças entre mulheres e homens e isso levaria ao fim da

família (SCALA, 2015). Ou seja, para a Igreja, a mulher pertence ao espaço doméstico, cuidando da família e da casa.

A narrativa da ameaça às famílias vem sendo empregada com interesse de “promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade” (JUNQUEIRA, 2018, 451). Gênero e sexualidade são construções sociais e históricas das diferentes formas de ser mulher e/ou homem (FELIX, 2012; LOURO, 1997), contudo, no senso comum, é difícil compreender que gênero (e sexualidade) são formados nas relações de poder e cultura e não somente no fator biológico/natural (CARVALHO; RABAY, 2015). Por essa razão, o discurso da destruição da família se espalha facilmente. É um misto de desconhecimento e maucaratismo com naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e as formas como expressam sua sexualidade.

Junqueira (2019) alega que existe uma ideologia de gênero, mas que essa seria “o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religioso-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas” (JUNQUEIRA, 2019, p. 170). Ou seja, não se trata da promoção da homossexualidade e da destruição da família e da sociedade, como empregam os/as defensores/as da ideologia de gênero. Essa ideia não se sustenta, já que, a escola (assim como nenhuma outra instituição social isoladamente) não seria capaz de modificar e transformar a orientação sexual das crianças e adolescentes. O papel da escola, nesse âmbito, é abordar sobre a existência de diferentes arranjos familiares e ensinar que todas elas devem ser respeitadas. Não cabe à escola – e nenhuma outra instituição, julgar as famílias e o modo como são estruturadas, mas ensinar sobre o respeito às diferenças e diversidades que nos constituem individual e coletivamente.

Nesse sentido, o Fórum é um desserviço à educação no contexto das diversidades. Todavia, antes de apresentarmos os resultados parciais deste trabalho, nas quais apresentamos algumas reflexões que sustentam o argumento que estamos defendendo até aqui, abordaremos os caminhos metodológicos percorridos para a produção do material documental analisado.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como já foi dito, esta pesquisa é de caráter qualitativo e documental. A pesquisa qualitativa, ajuda a “explicar esses acontecimentos, por meio de conceitos existentes ou emergentes” (YIN, 2016, p. 30). Lüdke (1986) explica que esse tipo de pesquisa requer que a pesquisadora ou pesquisador esteja em um contato próximo com o ambiente e com o objeto de pesquisa. No que se refere à pesquisa documental, os documentos são aqueles materiais “que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

Os documentos analisados nesta pesquisa foram produzidos da seguinte maneira: a transcrição das palestras proferidas no Fórum e o livro digital disponibilizado para as pessoas inscritas no evento. Como mencionado anteriormente, o evento contou com sete palestras no total, mas para este trabalho, analisamos duas palestras. Para analisar o material documental, utilizamos os Núcleos de Significação – NS, que possuem uma articulação entre sentido e significado (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). Assim, feita a transcrição e a análise do livro digital, as palavras que mais se repetiam ou que estivessem de acordo com o objetivo da pesquisa foram separadas em núcleos que fizessem sentido entre si. De acordo com Aguiar, Aranha e Soares (2021), nos NS, a interpretação da pesquisadora ou pesquisador é peça-chave para entender os processos de produção de significados. No caso deste trabalho, as palestras que mais repetiram as palavras gênero e sexualidade foram separadas.

Para os recortes deste texto, as análises se limitarão a duas das palestras proferidas no Fórum, quais sejam: “Desenvolvimento infantil e violência institucional contra crianças e adolescentes” – proferida por um médico/professor e “Panorama geral das questões de gênero na infância e adolescência: impacto na saúde física e mental” – apresentada por uma médica psiquiatra. A escolha se deu por serem essas as palestras que abordaram gênero e sexualidade com mais destaque. Passemos, pois, às análises.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Todas as palestras proferidas no Fórum estudado tiveram o mesmo tom, orbitando em volta da ‘ideologia de gênero’, confundindo, propositalmente, os

conceitos de gênero e sexualidade. Um exemplo disso é a palestra apresentada pelo médico/professor, em que ele inicia explicando diversos tipos de violências as quais as crianças estão expostas, dependendo do ambiente em que vivem, desde a emocional, como a falta de carinho e cuidado até a física, com agressões. Com isso, afirma a importância do afeto/carinho com crianças pequenas. Para o palestrante, quando as crianças passam a frequentar as creches, é importante respeitá-las sem influenciá-las com nada, dando como exemplo as pessoas que vestem a criança cada dia com uma roupa, “de menino” ou de “de menina”, pois toda criança nasceria com um sexo biológico, XX ou XY. Nessa fala e nesse exemplo, o médico/professor confunde os conceitos de gênero e sexo, uma vez que as roupas não possuem gênero, sendo artefatos para reafirmar as feminilidades e masculinidades em nossa cultura generificada. Cabe destacar que mesmo no argumento da biologia, caberia considerar as crianças *intersex*, que nascem com características biológicas dos dois sexos) e possuem os órgãos genitais nem nitidamente feminino, nem masculino (MACHADO, 2005), o que não é feito pelo palestrante, que sustenta seu discurso é uma perspectiva binária. A intersexualidade nos ajuda a observar que há diversidade na biologia também.

Como comentado anteriormente, as/os palestrantes confundem, de maneira proposital para fomentar um pânico moral nas famílias. Carvalho (2022) explica que sexo pode ter dois entendimentos: no sentido das práticas sexuais ou biológicas, mas também é uma construção social discursiva. A autora comenta que a mistura entre os conceitos é, infelizmente, comum, pois esses conceitos são pouco trabalhados nos cursos de formação docente. Os/As palestrantes se utilizam e se aproveitam dessa incompreensão para defender argumentos conservadores.

A sexualidade, para Jeffrey Weeks (2012), é compreendida como um conjunto de práticas sociais que modelam a sociedade, não de uma forma fixa, pois mudam no decorrer do tempo. O autor (2000) explica que a sexualidade, até o século XIX, era preocupação religiosa e moral e que, somente no início do século XX, passa a fazer parte de discussões de diversas áreas, como a biologia, psicologia, história etc. O autor salienta o interesse do Estado e da Igreja em controlar o comportamento, com regras “corretas” de como ser e estar no mundo. Dessa maneira, concordamos com Weeks (2000, p. 29) que a sexualidade é uma “série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas”.

A segunda palestra, apresentada por uma médica psiquiatra, tratou da questão da disforia de gênero na perspectiva da psiquiatria. Ela explicou que a ideia dessa apresentação surgiu a partir do pedido de mães e pais de uma escola da região de Porto Alegre e explica que a disforia de gênero ‘é uma acentuada incongruência entre o gênero experimentado com o seu sexo e que tem que ter duração de, no mínimo, seis meses’ (BRASIL, 2021a, p. 88). A médica citou alguns exemplos de comportamentos que crianças e adolescentes podem apresentar: a persistência de pertencer ao gênero oposto, rejeitar os objetos estereotipados e a insatisfação com a anatomia sexual. Ela comenta, então, que existe dois tipos de abordagem para o tratamento da disforia de gênero: a psicoterapia/não invasiva e a intervencionista/invasiva (BRASIL, 2021a).

A abordagem não invasiva é sobre tratar o emocional da criança ou adolescente que está sofrendo, um tratamento prolongado e lento, que busca encontrar o porquê desse sofrimento e de não se identificar com o sexo biológico, para que “o paciente encontre a sua verdade interna e viva a sua autenticidade e não uma vida performática” (BRASIL, 2021a, p. 91). Já a abordagem invasiva é feita com bloqueios hormonais e cirurgias de “transgenitalização” (BRASIL, 2021a, p. 91). Cabe destacar que todas as abordagens possuem respaldo no Conselho Federal de Medicina.

Após essa breve explicação, a médica aponta o que compreende por gênero. Para ela, o gênero é a consciência de pertencimento a um gênero. Esse mesmo entendimento é compartilhado por Scala (2015, p, 60): “sentimento de pertença ao gênero feminino ou masculino [...] pode coincidir ou não com nosso sexo biológico”; sexo, para ela e para o outro palestrante, é um conceito cromossômico/biológico, ou seja, XX ou XY e isso não se modifica mesmo que a pessoa venha a realizar uma cirurgia de ressignificação. As duas palestras e, de forma geral todo o evento, se sustentam na tradicional matriz sexo-gênero-sexualidade.

Para a palestrante, existem apenas dois sexos, o feminino e o masculino, ela comenta que algumas pessoas indicam que o intersexo seria o terceiro sexo, mas a médica psiquiatra explica que, para a medicina, isso não existe, o intersexo é apenas uma “condição médica extremamente rara” (BRASIL, 2021a, p. 86), reforçando a abordagem binária do tema. A médica conta que os/as jovens estão confusos/as com a sua orientação sexual por conta da superexposição a conteúdos com a temática da

população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, *Queer*, *Intersex* +) principalmente no mês de junho, mês do orgulho LGBTQIA+, ou seja, para ela, crianças e adolescentes são facilmente influenciáveis por propagandas e celebridades para fazerem parte da comunidade LGBTQIA+, com foco no T de transsexuais. Esse fato é comentado apenas na apresentação oral, no livro digital, isso não foi abordado.

Continuando sua apresentação, a médica psiquiatra ponderou sobre a teoria de o homem ter uma essência feminina, mas logo explica que, biologicamente falando, isso não é possível. E, como exemplo, ela mostra uma imagem de um homem maquiado, o que não necessariamente refere-se à feminilidade de um homem. Beauvoir (2009, p. 267) nos ajuda a argumentar na direção contrária à da palestrante, quando disse que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Ou seja, o feminino e o masculino são comportamentos aprendidos ao longo da vida em diferentes espaços, em uma sociedade generificada como a nossa. Nesse sentido, não é o destino que define o gênero, mas as relações. O fato de o homem estar usando maquiagem na imagem compartilhada pela médica, não quer dizer que ele é obrigatoriamente feminino, pois é sabido que atores e jornalistas, por exemplo, usam maquiagem e isso não os torna femininos ou mulheres.

Caminhando para o final de sua apresentação, a palestrante apresenta outra concepção para gênero pois, segundo ela, existem várias correntes de gênero, uma das quais é adotada neste trabalho: a de gênero como uma construção social. Somente na exposição oral, ela comenta que essa corrente é uma coisa inventada pela sociedade, sendo uma das principais expoentes a filósofa Judith Butler e atribui à Butler a ideia de que gênero é uma captura de subjetividades, sem aprofundar a discussão ou mencionar a obra em que retirou a afirmação. Marafon (2018) explica que Judith Butler passou a sofrer ataques quando problematizou a performance do gênero, em seu livro “Problemas de gênero”, algo que a palestrante e as demais pessoas que defendem a suposta ideologia de gênero não acreditam que existe, pois o entendimento de gênero assumido por esses sujeitos é biológico, um dado natural, “de Deus”, uma vez que se ancoram em discursos fortemente religiosos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado, foi possível perceber que o gênero e a sexualidade são tidos para a organização do Fórum naturais, não devendo ser contestados ou debatidos nas escolas. Alegando uma suposta preocupação com crianças e adolescentes, esses sujeitos buscam cercear discussões que estão presentes nas vidas de todas as pessoas e é importante para a formação humana.

A escola não tem como objetivo desconstruir as identidades heteronormativas nem “transformar” crianças e adolescentes em homossexuais ou destruir a família, primeiro porque não é possível modificar isso apenas com atividades escolares. Cabe lembrar que a abordagem dessas questões nas escolas tem como única finalidade ensinar as crianças a conviverem e respeitarem as diferenças, além de ajudar as vítimas a identificarem possíveis abusos. Advogamos para uma educação para a diversidade para que as crianças e adolescentes cresçam livres de estereótipos.

É importante destacar que o discurso da falaciosa ideologia de gênero não condiz com as realidades das salas de aula e que acionar essa narrativa tem como efeito contribuir com o machismo, homofobia, misoginia e diversos outros preconceitos, sem espaço para pluralidade e diversidade. Defendemos que, com a abordagem pedagógica das questões de gênero e sexualidade nas escolas, auxilia na construção de uma sociedade mais justa para todas e todos.

O Fórum, como um todo, contribuiu para além do pânico moral, uma pedagogia do medo, uma vez que acusam com provas rasas e generalistas escolas e docentes de aplicarem uma ideologia que não existe. É preocupante um evento organizado pelo governo federal apresente palestras tão tendenciosas, uma vez que o referido evento integra as políticas do MMFDH e acaba por repercutir nas políticas educacionais e nas relações culturais de modo geral.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda M. J.; ARANHA, Elvira M. G.; SOARES, Júlio R. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

AGUIAR, Wanda M. J.; SOARES, Júlio R.; MACHADO, Virgínia C. Núcleos de Significação: uma proposta metodológica em constante movimento. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XII. 2015. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade do Paraná, 2015, p. 37889–37900.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes**. Atuação Voluntária. Brasília–DF. *E-book*, 2021a. 143p.

CARVALHO, Maria E. P.; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, UFSC, impresso, v. 23, p. 119–136, 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. “Vamos cuidar de nossas crianças!”: Comentário sobre a aula magna de um ministro da educação. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; BOER, Raphael Albuquerque de (org.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar**: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades. Rio Grande: Editora da FURG, 2022. cap. 5, p. 88–111.

FELIX, Jeane. **“Quer teclar?”**: aprendizagens sobre juventudes e soropositividades através de bate-papos virtuais. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR–RS, 2012.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 163–172.

JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449–502, 2018.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Paula S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, p. 249–281, 2005.

MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 70, p. 117-131, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & sociedade**, v. 38, p. 9–26, 2017.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero**: o neototalitarismo e a morte da família. 3a. ed. São Paulo: Katechesis, 2015. 206 p.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics, and society: the regulation of sexuality since 1800**. British Library, 2012.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.